



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira  
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

### PROVA DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

Setor

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Candidato

LILIA MARIA SOUZA BARRETO

Frase

"Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na  
ação-reflexão." Paulo Freire

Reescreva a frase

*Ao transver o mundo e atuar nele  
de forma ativa e participativa o  
homem se reinventa e reinventa-o.*

Nº Identificador

19090

"Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão" Paulo Freire

P P M

Questão 01: O Brasil é um dos países que incorporou em sua legislação um avanço, e inovou em suas políticas públicas, ao tornar-se signatário de declarações e convenções que propõem uma educação para todos.

A equidade na educação, instituída na nossa Constituição de 1988 representa os avanços na legislação, ao decretar que todos têm o direito à educação, em igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Respalhada na nossa Carta Magna e nos demais documentos internacionais, aos quais o Brasil é signatário, como a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção de Guatemala (1999) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outros documentos, foi instituída, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa Política Nacional, nasce então com o propósito de garantir o acesso e a permanência das pessoas que foram apresentadas como "públicas alvo" da Educação Especial. Ela propõe uma ação política, cultural, social e pedagógica, como base para garantir a inclusão na escola comum, e apresenta como mote e conjugação da igualdade e da diferença.

Na intenção de conjugar igualdade e diferença, a Política Nacional (2008), institui o Atendimento Educacional Especializado - AEE, como um serviço que tem por objetivo identificar, elaborar e produzir recursos que eliminem os barreiros e promovam o acesso, a permanência e qualidade <sup>na educação</sup> dos estudantes com deficiência, transtornos ou altas habilidades/superdotação nos diferentes níveis <sup>e modalidades</sup> de ensino, considerando as suas singularidades.

A Política Nacional, bem como o serviço do AEE, instituído desde 2008, nasce para atender à demanda de um Modelo Social de educação, que pressupõe a eliminação dos barreiros que

estão contidos no ambiente. A eliminação dessas barreiras vai ao encontro do que propôs a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que transfere a "deficiência" para o meio e retira da pessoa a responsabilidade <sup>em</sup> ~~de~~ adequar-se para ser incluído.

Todo esse entrelaçamento das políticas públicas, em favor da inclusão plena para as pessoas que são público alvo da educação especial, requer uma modificação nas redes de ensino, pois ao propor que o ambiente seja modificado, instaura nos escolas o conceito mais amplo que envolve a acessibilidade. Conceito esse que não diz respeito apenas aos espaços físicos, mas incorpora a acessibilidade na comunicação, na tecnologia, na informação, no pedagógico e nas atitudes, que conseqüentemente engloba toda a comunidade escolar e não apenas aqueles que são público da educação especial.

Trabalhe ao professor da AEE ser o grande articulador nesse processo de transformar a escola em um ambiente onde cabam todos. Para isso é necessário um trabalho articulado com o professor da sala comum, embora as atividades sejam diferentes. Essa parceria faz com que os objetivos educacionais sejam contemplados, na medida em que o professor da AEE, nessa articulação com o professor da sala comum, <sup>busca</sup> eliminar as barreiras de acessibilidade de cada educando, ao montar o seu plano de atendimento, considerando as suas necessidades e particularidades.

Questão 2: A educação especial no Brasil foi marcada por diferentes momentos e movimentos. Partimos de uma educação excludente e segregadora; passamos por um modelo integrador, ambos impulsionados por um modelo médico de deficiência, em que toda a formação e educação partavam-se no deficit, no que faltava à pessoa, e exigia que ~~ela~~<sup>essa</sup> a pessoa com deficiência, se ~~adequasse~~<sup>adequasse</sup> ao meio, para que pudesse ter acesso às escolas, ao trabalho e ao lazer.

Todo esse enredo histórico, brevemente descrito, permeia e ainda permeia a formação inicial e continuada dos professores e demais agentes educacionais. Aliado a esse modelo médico que imperou por muitos anos na formação dos profissionais ligados à educação especial. Também somamos à educação ingessada e baseada na homogeneização dos indivíduos. Formação essa que difere e exclui pela deficiência, que determina, a priori, os que podem ou não ter o privilégio da educação; que impera nos binarismos e atua na diferença "entre"; que exclui os "anormais", diferenciando-os dos "normais", que são normados e previamente "condenados" a não ter direitos.

A educação inclusiva, ao trazer como base filosófica a conjugação da igualdade de direitos e direito à diferença, propõe outra formação; na pluralidade e na diferença como algo que não se esgota, que segue diferindo e que requer, dos professores e demais agentes o entendimento de cada estudante é único, singular e que as suas necessidades, que se modificam à medida do seu viver, precisam ser atendidas.

Para dar conta dessa formação, que esteja atenta a essa multiplicidade do ser, é necessário ~~formar~~<sup>que a</sup> formação seja continuada, que os professores atualizem os seus conhecimentos à medida da demanda dos seus estudantes. Nesse sentido, aparecem muitos "mós" na formação, pois quase sempre ~~os~~<sup>se enquadre</sup> vêm engessados, prontos para um estudante que ~~se enquadre~~

as normas, do estudante ideal e imitável. Essa formação se apoia no déficit e cria modelos de educação pré-figurados, que, conseqüentemente, não serão bem sucedidos quando entrarem em choque com os estudantes "vivos", "provisórios" que não correspondem, por mais que tentem encaixá-los, nas expectativas dos professores.

A formação para atender os princípios propostos pela educação inclusiva e se tornar ~~uma~~ o grande apoiador dessa prática nas escolas, precisa atuar nas diferenças, nas diferentes possibilidades e inteligências dos estudantes. Faz-se necessário investir no enriquecimento acerca das tecnologias educacionais acessíveis que estão disponíveis e, de posse desse conhecimento e das atualizações que são demandados pelos estudantes, ouvir, experimentar, trazer conhecimentos e não limitar-se a pré-definir os estudantes, ~~de~~ <sup>a partir</sup> ~~do~~ desse ponto de vista. É necessário conhecê-los e, a partir daí, procurar as estratégias e recursos que atendam às suas diferenças. Esse é o mote de uma <sup>permissiva em</sup> educação inclusiva e para todos!

QUESTÃO 03: A educação inclusiva traduz a acessibilidade como garantia de equiparação de oportunidades. A efetivação do direito à acessibilidade no ambiente escolar ou fora dele, decorre do direito à autonomia e independência dos estudantes. Ao elaborar propostas educacionais para os estudantes de uma sala comum, onde há matrícula de estudantes com deficiência, o professor regente deve, em parceria com o professor da educação especial, pensar em recursos e estratégias que melhor atendam aos estudantes com deficiência, dando-lhes autonomia e independência possíveis, para que não haja prejuízo da informação e aprendizagem dos conteúdos que são comuns para todos.

Nessa parceria, o professor da educação especial/AEE deve analisar as características dos estudantes, as atividades propostas e os objetivos educacionais, para sugerir a melhor estratégia ou recurso, que pode envolver "alta" ou "baixa" tecnologia.

Como o professor da sala comum de uma turma de educação infantil, propõe uma contação de história para a turma toda e nessa turma há, por exemplo, um estudante com deficiência motora, ouvinte, com dificuldade de comunicar-se por meio da oralidade, caberá ao professor da educação especial, estudar os possíveis recursos que farão com que o estudante tenha acesso à leitura e possa contar a história, assim como os demais estudantes, utilizando o recurso que lhe é mais acessível.

A sugestão para o professor regente é que tentasse envolver toda a turma, apresentando a história de forma mais acessível possível. Pode usar, por exemplo, fantoches para contar a história. Ao solicitar a turma que ~~contasse~~ recite a história, como entender, poderá, com ajuda do professor da educação especial, apresentar para a turma alguns recursos que fazem parte da comunicação suplementar, alternativa, e informar que é daquela maneira que o estudante que tem

deficiência poderá utilizá-la para recontar a história, a seu modo. Dessa forma, além dos recursos apresentados pela professora da sala comum, os estudantes poderão dispor de outras formas de acesso ao conhecimento, ao brincar, nesse caso. A atividade pode ser enriquecida com diferentes materiais visuais que podem ser apresentados à turma e que não exclui o estudante com deficiência.

Em uma atividade proposta para uma turma do ensino fundamental, que envolva apresentação de um pequeno filme, por-se necessário, caso haja a presença de um estudante surdo, verificar se o vídeo possui legenda e se é traduzido em Língua Brasileira de Sinais - Libras, caso esse estudante ~~seja~~ tenha a Libras como língua. Ao planejar uma atividade para todos os alunos, os professores das salas comuns, de posse do conhecimento acerca dos estudantes e de uma parceria com o professor do DEE, antecipa possíveis problemas que podem surgir, por falta de acessibilidade. Caso haja intérprete, é necessário que ele esteja em uma localização ~~que~~ acessível ao estudante surdo.

São inúmeras as possibilidades de atividades e utilização das estratégias e recursos de acessibilidade. O que diferencia o acesso de todos a essas atividades é o planejamento e a interlocução entre os professores desses estudantes (sala comum e educação especial) para que as atividades pensadas atendam a todos, nas suas diferenças.